

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A DAE S/A Água e Esgoto apresenta o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para a apreciação dos seus acionistas.

Ao longo de 2021 a empresa pautou sua gestão de acordo com a Lei nº 11.445/07, no tocante à universalização do saneamento básico e ao Plano Municipal de Saneamento, visando atender as metas traçadas para o sistema de abastecimento de água e o sistema de coleta e tratamento de esgoto. Também desenvolveu ações que visam atender o Plano de Governo da Administração (2021-2024), bem como o Plano de médio e longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração, investindo na ampliação da segurança hídrica na Cidade. O objetivo da gestão da empresa é de levar o atendimento, com excelência, às necessidades de saneamento básico do Município e estes resultados são fruto do apoio da Prefeitura Municipal de Jundiá e, em especial, do comprometimento dos colaboradores. Com relação aos recursos, a empresa se mantém com receitas próprias, não onerando o orçamento de sua controladora, a Prefeitura Municipal de Jundiá. Outra fonte de recursos são os financiamentos disponibilizados pelo Governo Federal para atender a área de saneamento.

A DAE se mantém empenhada em garantir a prestação do serviço de saneamento em meio à pandemia causada pelo coronavírus. Ações preventivas foram tomadas em consonância com as orientações do Ministério da Saúde, do Governo do Estado de São Paulo, da Prefeitura Municipal de Jundiá, da Organização Mundial da Saúde e ainda cumprem os Decretos Municipais referentes à COVID-19. Em atendimento ao princípio da transparência e em cumprimento ao art. 4º, § 2º, da Lei nº 13.979/2020 e ao Comunicado SDG nº 18/2020 do TCE/SP, foram disponibilizadas em nosso site as contratações realizadas pela empresa, objetivando o enfrentamento da emergência de saúde pública relativa à esta pandemia. Apesar dos impactos na economia mundial, a DAE não sofreu redução significativa na receita operacional. Visando minimizar os efeitos da pandemia na situação econômica dos clientes, a DAE retardou o reajuste tarifário, aplicando somente nas contas emitidas a partir do mês de novembro de 2021. O reajuste foi de 18,13% para as tarifas de água e esgoto, e 9,68% para os demais serviços praticados. O reajuste foi aplicado conforme a Resolução ARES-PCJ nº 393 de 24/09/2021.

2 - OPERAÇÕES DA EMPRESA

A DAE S/A Água e Esgoto tem a responsabilidade do abastecimento de água e coleta e afastamento de esgoto no Município de Jundiá. A operação de tratamento de esgoto fica a cargo da concessionária Companhia Saneamento de Jundiá - CSJ, Contrato 002/96 com validade até 30/04/2031, tendo a DAE S/A a responsabilidade da fiscalização, da administração da cobrança e repasse dos valores a esta concessionária.

O rio Jundiá Mirim, responsável por 95% do abastecimento de água do município, nasce na divisa de Jarinu (Córrego do Tanque) e Campo Limpo Paulista (Ribeirão do Perdão). Os outros 5% de água que abastecem Jundiá são captados do Córrego Japi (ou Estiva) e Ribeirão Ermida (represa da Serra do Japi). Em épocas de estiagem a captação também é realizada no Rio Atibaia. Todos com outorga regularizadas no DAE (Departamento de Água e Energia do Estado de São Paulo) por meio da Portaria DAAE nº 572 de 21/02/2017, com prazo de 10 anos.

A represa de Acumulação da DAE S/A possui capacidade de armazenamento de 9,3 milhões de metros cúbicos de água. Além desta represa, a DAE S/A possui a represa de Captação, com capacidade de 500 mil m³ de água, a Represa do Moisés, com capacidade de 5,5 mil m³ de água, e a represa da Serra do Japi, com capacidade de 2 mil m³ de água. Além da reservação de água bruta, a DAE S/A possui 57 reservatórios de água tratada com capacidade de armazenar 71,3 mil m³ de água. Após a conclusão das obras do novo reservatório Estação de Tratamento de Água do Anhangabaú, a esta capacidade de armazenamento deve-se acrescentar 10 mil m³ de água.

Para tratamento de água a empresa conta com a ETA (Estação de Tratamento de Água) do Anhangabaú, com a capacidade de tratamento de 1.800 litros por segundo, sendo responsável por 97,33% do volume de água tratado na cidade. A ETA Eloy Chaves tem capacidade de tratamento de 45 litros por segundo e 2,43% do volume tratado na cidade, e o Poço Pacaembu trata aproximadamente 4,5 litros por segundo, 0,24% do volume tratado na cidade. Todos os 3 sistemas, ou seja, ETA Anhangabaú, ETA Eloy Chaves e Poço Pacaembu, estão enquadrados dentro da Portaria MS nº 888, 04 de maio de 2021, que regem os parâmetros de potabilidade para a distribuição da água para consumo humano. A população atendida com abastecimento de água tratada é de 99,1% do total do município. A população atendida com rede coletora de esgoto é de 98,2% do total do município. Desde o final dos anos 1990, a totalidade do esgoto coletado no município é tratado.

Durante o ano de 2021 a DAE aumentou suas redes de água em 12,43 Km. As redes de esgoto tiveram aumento de extensão em 27,8 Km.

Também durante o período de 2021 o índice de perdas na distribuição de água tratada foi de 34,3%, levemente abaixo ao de 2020 (que foi de 35%). A meta do Plano de Saneamento para 2022 a 2024 é reduzir esse índice e atingir 30%. Como esforço para reduzir as perdas, a DAE tem trabalhado no recadastramento comercial de clientes, na troca de hidrômetros, pesquisa acústica de vazamentos não visíveis, implantação de macromedicação e zonas de pressão, dentre outras. O serviço é parte de contrato de financiamento assinado em 2018.

O número de ligações de água ativas ao final do exercício de 2021 era de 109.705. Em 2019 a DAE S/A deu início ao recadastramento dos clientes que está sendo feito porta a porta. O objetivo é atualizar o cadastro e facilitar a comunicação entre a empresa

e os usuários. Para realizar a ação foi contratada uma empresa terceirizada, que está percorrendo todo o município. Durante o ano de 2020 foi dado continuidade ao recadastramento, porém foi interrompido durante o período de abril a outubro de 2021 por conta da pandemia do coronavírus. No ano de 2021 foram efetuados mais de 39.600 recadastramentos, totalizando 61.200 imóveis efetivamente recadastrados.

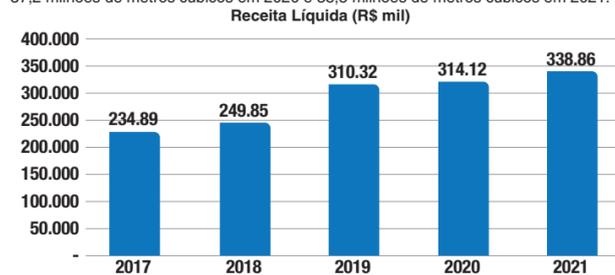
2021 também foi o ano de abertura total do Mundo das Crianças, cujas obras atendem a ampliação do sistema de preservação e proteção ambiental das represas de abastecimento do município (represas de Acumulação e Captação), e abrigam atividades voltadas à educação ambiental e ao lazer das crianças, em especial, e da população em geral. Essas obras ampliaram a área do Parque da Cidade e foram denominadas Mundo das Crianças, iniciativa que contribuiu para colocar Jundiá em posição de destaque entre as cidades que mais cuidam de suas crianças - Jundiá foi o primeiro município do Estado a integrar a Rede Latino-Americana - Projeto Cidade das Crianças, e o segundo no país, logo após Boa Vista, em Roraima, assumindo o compromisso de viabilizar ações em torno da participação das crianças e das perspectivas infantis. Além da abertura para o público em geral, foram inauguradas as pistas de skate e parkour. A visita ao Mundo das Crianças é gratuita. Porém é necessário agendamento para que seja respeitado o limite máximo de visitantes, devido às restrições provocadas pela pandemia do coronavírus. Também em função da pandemia, em 2021, o Mundo das Crianças passou a ser uma das principais salas de aula a céu aberto da rede municipal de ensino, proporcionando uma experiência inovadora aos alunos.

Desde agosto de 2016, a DAE S/A optou pela compra de energia elétrica para a Estação de Recalque do Jundiá Mirim, por meio do sistema de mercado livre. Em comparação à compra de energia elétrica no mercado cativo, a DAE S/A obteve redução de R\$ 4.658 mil no ano de 2021. Os benefícios financeiros com a redução da despesa com energia elétrica desde a opção, em agosto de 2016, superam R\$ 17.214 mil.

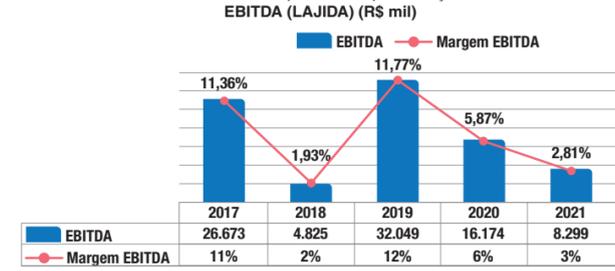
3 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Foi apresentado um prejuízo de R\$ 5.602 mil no exercício de 2021. O lucro de 2020 havia sido de R\$ 7.517 mil. Contribuíram para o prejuízo de 2021: o aumento dos custos com energia elétrica em razão da crise hídrica, a situação econômica do país que elevou os índices de inflação, com destaque para o IGPM que contribuiu de modo significativo para o reajuste da concessionária de tratamento de esgoto, e ainda os efeitos da pandemia do coronavírus, como o retardamento na aplicação do reajuste.

A Receita Operacional Líquida da DAE S/A apresentou aumento de 7%, sendo um bom índice, se levados em consideração os efeitos da pandemia sobre o faturamento e o fato da Companhia ter aplicado reajuste tarifário do período somente a partir do mês de novembro de 2021. Além disso, houve aumento no volume de 3,5%, sendo faturados 37,2 milhões de metros cúbicos em 2020 e 38,5 milhões de metros cúbicos em 2021.



Para o exercício de 2021 o EBITDA da empresa foi de R\$ 8.299 mil (2,81% da ROL), uma redução de 49% em relação à 2020, quando o EBITDA foi de R\$ 16.175 mil (5,87% da ROL). Alguns dos motivos para essa redução foi o reajuste tarifário aplicado somente em novembro de 2021, conforme citado anteriormente, o aumento dos custos com energia elétrica, aumento no valor da tarifa referencial de serviços para o tratamento de esgotos de 19,17%, dentre os demais aumentos de custos impulsionados pela situação econômica.

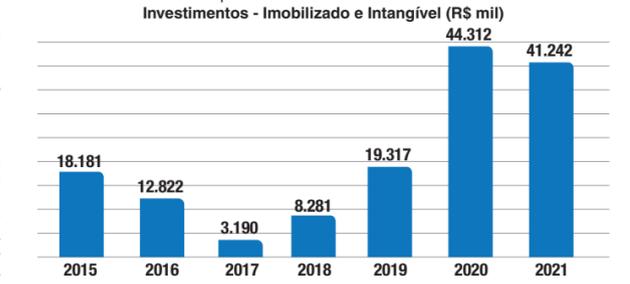


4 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

Em 2021 houve alteração na composição acionária da empresa, alterando os acionistas minoritários. Também houve aumento do capital social, que foi integralizado através da Reserva Especial de Lucros. O quadro societário ao final de 2021 apresentou-se conforme quadro abaixo. Não houve alteração até a elaboração deste relatório em 2022.

5 - INVESTIMENTOS

A evolução de investimentos da DAE S/A está apresentada no gráfico abaixo e os detalhes constam na Nota Explicativa nº 10 e 11:



Os investimentos realizados no ano de 2021 foram por meio de recursos próprios e de financiamentos obtidos em exercícios anteriores. Visando a universalização do saneamento na cidade de Jundiá, foram executadas obras de construção como a de ampliação da capacidade de tratamento de água na ETA-Anhangabaú, recuperação estrutural e impermeabilização do Reservatório do Distrito Industrial, extensão de rede de esgoto no bairro Mato Dentro, Rio Acima, Jardim Tamoi e Casa Branca. Se destaca também a obra de remanejamento da adutora na Rodovia João Cereser em virtude das obras que estão sendo realizadas pela Concessionária Rota das Bandeiras de implantação de vias marginais. Também relevante, foi dada continuidade neste exercício à construção do Mundo das Crianças, já citado anteriormente, cujo investimento no ano de 2021 foi de R\$ 5.117 mil. Além destas obras, foram realizadas extensões e reforços em redes de distribuição de água e em redes coletoras de esgoto em diversos pontos da cidade, bem como melhorias no sistema de tratamento de água.

Os detalhes sobre os contratos de financiamentos constam na Nota Explicativa nº 12.

6 - RECURSOS HUMANOS

Descrição	Quantidade
Funcionários DAE S/A	420
Funcionários PMJ - Quadro especial	119
Estagiários	93
Total	632

7 - EXPECTATIVAS PARA 2022

A Administração da DAE S/A - Água e Esgoto tem se planejando para que o ano de 2022 seja um ano com recuperação financeira da empresa. A expectativa é de que sejam realizadas as obras cujos recursos de terceiros já foram contratados via financiamentos, bem como pretende manter o volume de investimentos com capital próprio. O planejamento indica que os recursos serão suficientes para manter as atividades da empresa com a mesma qualidade com que vem operando.

Ainda dentro do planejamento já foram previstos os benefícios da imunidade tributária recíproca, cujo trânsito em julgado da decisão favorável à DAE ocorreu em dezembro de 2021 (ver Nota Explicativa nº 31). A DAE S/A terá o benefício do não pagamento do Imposto de Renda, bem como a alteração na apuração do PIS e COFINS, que antes era não cumulativo, passa a ser apurado pelo método cumulativo.

8 - AGRADECIMENTOS

A Administração da DAE S/A - Água e Esgoto agradece o elevado grau de comprometimento de seus colaboradores, assim como a confiança e apoio do seu acionista controlador, a Prefeitura Municipal de Jundiá, que tornaram possíveis os resultados alcançados no exercício de 2021 apesar das dificuldades e desafios que exigiu muito mais de todos. Em 2022 a empresa continuará se esforçando para atender com excelência a população do Município de Jundiá, buscando ampliar o acesso às redes de água e esgoto e atuar na segurança hídrica do município, considerado uma referência nacional em saneamento.

Ativos	Nota	2021	2020	Passivos	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.903	27.430	Empréstimos e financiamentos	12	3.208	2.655
Investimentos financeiros	5	162	158	Fornecedores	13	7.576	9.581
Contas a receber de clientes	6	57.634	47.569	Concessionária de tratamento de esgoto	14	11.548	9.953
Estoques	7	14.970	13.009	Cauções de fornecedores		162	158
Impostos e contribuições a recuperar	8	876	550	Obrigações fiscais	15	4.995	3.309
Outras contas a receber		694	610	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	16	8.663	8.364
Despesas diferidas		256	188	Receitas antecipadas	18	300	319
Total do ativo circulante		77.495	89.514	Acordos Judiciais a curto prazo	20	-	3.654
Contas a receber de clientes	6	3.358	4.001	Outras obrigações	21	3.993	3.739
Impostos e contribuições a recuperar	8	791	1.037	Total do passivo circulante		40.445	41.732
Ativo fiscal diferido	9	2.303	6.141	Empréstimos e financiamentos	12	35.435	21.961
Depósitos judiciais	20	2.613	3.596	Obrigações fiscais a longo prazo	15	2.294	1.114
Outras contas a receber		764	456	Adiantamento de clientes Projeto CERJU	17	2.812	6.500
Total realizável a longo prazo		9.829	15.231	Recursos de terceiros para investimentos	19	4.021	1.508
Investimentos		32	32	Provisões para processos judiciais	20	15.320	15.653
Imobilizado	10	312.522	282.444	Contas a pagar a partes relacionadas	22	10.734	3.780
Intangível	11	288	33	Receitas antecipadas a longo prazo	18	-	300
		312.842	282.509	Total do passivo não circulante		70.616	50.816
Total do ativo não circulante		322.671	297.740	Total do passivo		111.061	92.548
Total dos ativos		400.166	387.254	Capital social	23	283.324	207.715
				Reservas de lucros	23	5.781	86.991
				Total do patrimônio líquido		289.105	294.706
				Total dos passivos e do patrimônio líquido		400.166	387.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	24	295.035	275.309
Custo dos serviços prestados	25	(217.010)	(184.879)
Lucro operacional bruto		78.025	90.430
Despesas operacionais			
Administrativas e comerciais	26	(87.797)	(84.705)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	7.426	808
		(80.371)	(83.897)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(2.346)	6.533
Resultado financeiro, líquido	28	582	2.239
Resultado antes dos impostos		(1.764)	8.772
Imposto de renda e contribuição social - correntes	29	-	(3.382)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	29	(3.838)	2.127
Lucro líquido do exercício		(5.602)	7.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	(5.602)	7.517
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(5.602)	7.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(5.602)	7.517
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa:		
Impostos diferidos	3.838	(2.127)
Depreciação e amortização	10.645	9.641
Baixa e transferência de imobilizado	264	632
Juros e variações cambiais apropriados sobre empréstimos	1.935	1.099
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(6.311)	3.065
Provisão para processos judiciais	(333)	2.806
	4.436	22.633
Varição em ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(3.111)	(1.874)
Estoques	(1.961)	(1.720)
Outras contas a receber	(392)	(30)
Despesas diferidas	(68)	(13)
Fornecedores	(2.005)	3.710
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	299	828
Obrigações fiscais	3.662	2.984
Acordos Judiciais	(3.654)	(3.843)
Partes relacionadas	6.954	(82)
Outros ativos e passivos	1.342	(850)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(876)	(1.444)
	190	(2.334)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	4.626	20.299
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições do imobilizado	(41.242)	(44.312)
Varição de investimentos, poupanças e cauções	(4)	(32)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(41.246)	(44.344)
Fluxo de caixa de atividades das financiamentos		
Captação de financiamentos	16.330	11.913
Pagamento de financiamentos	(2.352)	(1.772)
Pagamento de juros e variações monetárias	(1.885)	(1.053)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) decorrente das atividades de financiamentos	12.093	9.088
Caixa gerado (aplicado) no exercício	(24.527)	(14.957)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.430	42.387
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.903	27.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro a destinar	Total	Reservas de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	207.715	3.867	75.607	79.474	-	287.189
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	7.517	7.517
Constituição de reserva legal	-	376	-	376	(376)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	7.141	7.141	(7.141)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	207.715	4.243	82.748	86.991	-	294.706
Constituição de capital social	75.609	-	(75.609)	(75.609)	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(5.602)	(5.602)
Compensação do prejuízo com reserva de lucros	-	-	(5.602)	(5.602)	5.602	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	283.324	4.243	1.537	5.781	-	289.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	2021	2020	2021	2020	
1. Receitas	339.803	301.863	5. Valor adicionado líquido (3-4)	110.323	113.882
Receita bruta e outras receitas	333.492	30			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de Reais)*

As taxas anuais de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2021	2020
Construções civis e benfeitorias	2%	2%
Sistema de abastecimento de água e esgoto	2 a 4%	2 a 4%
Máquinas e equipamentos	8 a 10%	8 a 10%
Móveis e utensílios	8 a 10%	8 a 10%
Equipamento de informática	33%	33%
Veículos de passeio e carga	10 a 20%	10 a 20%
Veiculos especiais	10 a 25%	10 a 25%
Tratores	25%	25%
Motocicletas	20%	20%
Softwares	20%	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com direitos de uso

As licenças de programas de computador (“*softwares*”) de sistemas de gestão empresarial e servidões de passagem adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de softwares são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A taxa anual de amortização estimada dos ativos intangíveis para o exercício corrente e comparativo é:

	2021	2020
Sistemas de informação	20%	20%

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data do balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes é constituída tendo por base critério adotado pela Administração para constituição de perdas, que geralmente representam os créditos vencidos há mais de 60 dias, considerados pela Administração como de improvável recuperação.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Seguros

A administração da Companhia entende que os riscos estão gerenciados de modo satisfatório não demandando nenhuma ação adicional. Desta forma, entendendo que o patrimônio e a operação estejam protegidos, não foi efetuada cobertura de seguros de relevância, como empresarial e de veículos.

Para os casos em que há a necessidade de contratação de seguro, como por exemplo aluguel de imóveis e equipamentos, as despesas são apropriadas conforme a vigência do contrato, exceto para parcelas com valores imateriais que são contabilizados diretamente na despesa.

i. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A partir de 07 de dezembro de 2021, a DAE recebeu imunidade tributária através de decisão judicial e ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda, o que passou a gozar a partir de janeiro de 2022.

As despesas com contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

j.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

j.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

k. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas no passivo pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como outras receitas, em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções recebidas pela Companhia possuem em contrato cláusulas de obrigação de execução da obra que se referem, sendo registradas como obrigações e após o aceite da obra será reconhecida em resultado.

l. Receita operacional

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e saneamento são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para os serviços prestados à Prefeitura Municipal de Jundiáí, a Companhia não constitui receita devido ao artigo 1º da Lei Municipal 2.062 de 1974, o qual estabelece que são isentas as unidades prediais que se destinem ao cumprimento das obrigações estatutárias.

m. Informações por segmento

Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de

esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente e não tem informação financeira individualizada disponível.

n. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras da Companhia compreendem principalmente juros sobre investimentos realizados pela Companhia (incluindo aplicações financeiras), ajustes ao valor presente de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método do custo efetivo.

Despesas financeiras compreendem principalmente despesas com juros e atualizações monetárias de financiamentos, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros (“*impairment*”). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

p. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado DVA nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e em caráter de informação adicional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Bancos	959	1.183
Aplicações financeiras	1.944	26.247
	2.903	27.430

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimento e certificados de depósito bancário, remunerados pela variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço. Há também aplicações financeiras de longo prazo no montante de R\$232, no entanto classificadas no curto prazo por terem características de curto prazo, inclusive resgates mensais. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa 30.

5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

	2021	2020
Caufões de fornecedores	162	158
	162	158

As aplicações financeiras correspondem a valores de garantia de prestação de serviços e entrega de materiais contratados com fornecedores através de processos licitatórios, conforme Regulamento Interno de Compras e a Lei 13.303/16.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa 30.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante	2021	2020
Contas a receber de clientes	65.805	67.815
Renegociação de contas a receber	11.893	8.790
Clientes - acordos judiciais	–	3
Provisão por ajuste de competência	15.629	14.698
(–) Contas a receber de clientes em perdas	(28.554)	(30.287)
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.139)	(13.450)
Contas a receber de clientes - circulante	57.634	47.569
Não circulante		
Renegociação de contas a receber	3.358	4.001
Clientes - acordos judiciais	–	–
Contas a receber de clientes - não circulante	3.358	4.001
Total das contas a receber incluindo perdas e provisão para perdas	60.992	51.570

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos, exceto provisões e perdas com clientes:

	2021	2020
Créditos a vencer	48.488	41.845
Créditos em atraso até 2 meses	7.181	6.548
Créditos em atraso acima de 2 meses até 4 meses	1.943	2.717
Créditos em atraso acima de 4 meses até 6 meses	1.073	2.131
Créditos em atraso acima de 6 meses até 8 meses	814	1.901
Créditos em atraso acima de 8 meses até 10 meses	788	1.784
Créditos em atraso acima de 10 meses	36.698	38.381
	96.685	95.307

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e baixas para perdas estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	(37.370)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.065)
Baixa efetiva de títulos vencidos	(4.356)
Reversão de perdas	1.054
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(43.737)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.311
Baixa efetiva de títulos vencidos	(4.461)
Reversão de títulos prescritos	2.010
Reversão de perdas	4.184
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(35.693)

7. ESTOQUES

	2021	2020
Materiais para redes de água e esgoto	14.378	12.370
Materiais para tratamento	369	294
Materiais de consumo	185	224
Outros	38	121
	14.970	13.009

Até 31 de dezembro de 2021 a Companhia registrava os itens de estoque pelo seu valor líquido dos impostos indiretos (PIS/COFINS) controlando estes impostos em contas específicas de compensação e impostos a pagar. Com a imunidade tributária de IRPJ obtida através de processo judicial (Nota explicativa 31) a partir de 2022 a Companhia passará a adotar o regime cumulativo para cálculo de PIS e COFINS, que não dá direito aos créditos de PIS e COFINS sobre estoques e passarão a ser contabilizados por seu valor total.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2021	2020
PIS/COFINS sobre imobilizado (a)	–	697
Provisão de IRRF s/aplicações a resgatar (b)	–	99
IRPJ/CSLL a compensar	876	–
Precatória IPVA a receber	791	791
	1.667	1.587
Ativo circulante	876	550
Ativo não circulante	791	1.037

(a) A Companhia perdeu o direito a recuperação do crédito de PIS e COFINS sobre edificações ao mudar o regime de apuração das contribuições para Cumulativo após ser declarada imune do IRPJ em processo judicial, revertendo o saldo em 31 de dezembro de 2021 para o ativo imobilizado.

(b) Também pela imunidade tributária adquirida, foram baixadas as provisões de IRRF sobre aplicações financeiras a resgatar.

9. ATIVO FISCAL DIFERIDO

	2021			2020	
Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total	Total
Base negativa de CSLL	14.980	–	1.348	1.348	–
Provisão para devedores duvidosos	7.139	–	643	643	4.574
Contingências cíveis	5.349	–	481	481	1.627
Contingências trabalhistas	9.971	–	897	897	3.695
Provisão de receitas/custos por competência	(11.852)	–	(1.066)	(1.066)	(3.755)
Ativos fiscais diferidos, líquido	–	2.303	2.303	6.141	

O IRPJ diferido foi baixado em 31 de dezembro de 2021 após decisão concedendo à Companhia a imunidade tributária do Imposto de Renda (Nota explicativa 31).

10. IMOBILIZADO

a. Composição

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	
			2021	2020
Terrenos	33.706	–	33.706	32.114
Construções civis e benfeitorias	106.360	(46.277)	60.083	37.239
Sistema de abastecimento de água e esgot	240.291	(90.719)	149.572	152.069
Máquinas e equipamentos	28.160	(15.884)	12.276	9.988
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	7.761	(4.800)	2.961	2.337
Veículos	6.572	(5.157)	1.415	1.414
Imobilizado em andamento	52.509	–	52.509	47.283
	475.359	(162.837)	312.522	282.444

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Atividades operacionais

A Companhia foi constituída em 21 de dezembro de 1999, com base na Lei Municipal nº 5.307 de 5 de outubro de 1999. Em 27 de julho de 2000, tendo sido vertido o montante de R\$ 170.516, relativo a parte do acervo líquido apurado com base em laudo de avaliação na data-base de 31 de dezembro de 1999, da autarquia Departamento de Águas e Esgoto - DAE, da Prefeitura do Município de Jundiáí. A atividade operacional da Companhia teve início em 01 de janeiro de 2000.

A Companhia tem por objetivo:

- Estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas, as obras relativas a construção, ampliação e remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotos do Município de Jundiáí;
- Operar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água e, direta ou indiretamente, os serviços de esgotos sanitários do Município de Jundiáí;
- Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas de água e esgotos, compatíveis com as leis gerais e especiais do Município de Jundiáí;
- Promover e realizar todas as atividades correlatas e complementares de sua atividade específica; e
- Participar de outras sociedades que realizem os mesmos serviços em outros municípios ou estados, na qualidade de acionista ou quotista, visando ampliar sua área de atuação e podendo, também, participar de licitação, inclusive em consórcio com outras empresas, para contratação como concessionária destes serviços.

As atividades da DAE S/A são reguladas pela ARES-PCJ - Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.

Efeitos da pandemia causada pela COVID-19

A Companhia monitorou ao longo de 2021, os principais impactos causados pela pandemia mundial da COVID-19 e com fundamento nas melhores informações disponíveis, executou medidas para minimizá-los de forma a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços.

Com o intuito de dar fôlego financeiro aos clientes neste período conturbado, a Companhia retardou o reajuste tarifário até novembro de 2021, o que contribuiu para a formação do prejuízo do exercício. O reajuste foi de 18,13% para as tarifas de água e esgoto, e 9,68% para os demais serviços praticados. O reajuste foi aplicado conforme a Resolução ARES-PCJ nº 393 de 24/09/2021.

Já a arrecadação, que sofreu maior impacto em 2020, apresentou recuperação em 2021 com redução de inadimplência de clientes e esforços de negociação de dívidas.

A Administração permanece monitorando os desdobramentos relacionados à pandemia da COVID-19, mas entende que as medidas tomadas foram satisfatórias e que não há indícios de perda na recuperabilidade de seus ativos no encerramento do exercício de 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), conforme pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6** - Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosas;
- Nota explicativa 9** - Ativo fiscal diferido; e
- Nota explicativa 20** - Provisões para processos judiciais.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 10 de março de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

a.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos,

→☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

b. Movimentação do custo

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo final
Terrenos	32.114	676	–	916	33.706
Construções civis e benfeitorias	79.799	349	–	26.212	106.360
Sistema de abastecimento de água e esgoto	237.826	299	–	2.166	240.291
Máquinas e equipamentos	24.966	2.320	(113)	987	28.160
Móveis e utensílios e equipamentos de informática	6.626	362	(137)	910	7.761
Veículos	6.309	277	(14)	–	6.572
Imobilizado em andamento	47.283	36.638	(221)	(31.191)	52.509
	434.923	40.921	(485)	–	475.359

c. Movimentação da depreciação acumulada

	Saldo inicial	Depreciação	Baixas	Saldo final
Construções civis e benfeitorias	42.560	3.718	–	46.278
Sistema de abastecimento de água e esgoto	85.757	4.962	–	90.719
Máquinas e equipamentos	14.978	1.005	(100)	15.883
Móveis e utensílios, equip. de informática	4.289	618	(107)	4.800
Veículos	4.895	276	(14)	5.157
	152.479	10.579	(221)	162.837

O total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no exercício de 2021 foi de R\$ 36.638 (R\$ 39.603 em 2020). Das obras em andamento, destacam-se: **a)** Construção de Estação Pressurizada de Água Tratada no montante de R\$8.945 (Nota Explicativa nº 12), contrato de financiamento nº 505.669-89/18; **b)** Extensão de rede de esgoto nos bairros Mato Dentro, Rio Acima, Jardim Tamoio e Casa Branca no montante de R\$ 6.747; **c)** Extensão de adutora de água no Residencial Balsan e remanejamento na Rod. João Cereser e adjacentes no montante de R\$ 5.762; **d)** Construção de novos reservatórios e recuperação estrutural e impermeabilização do Reservatório do Distrito Industrial, R-13, no montante de R\$ 1.326 (Nota Explicativa nº12), contrato de financiamento nº 426.313-90/14; **e)** Implantação do Mundo das Crianças, R\$ 5.117 em 2021; **f)** Instalação de gradil e novos acessos na sede da DAE, no valor de R\$ 1.553.

11. INTANGÍVEL

a. Composição

	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido	
			2021	2020
<i>Softwares</i>	3.616	(3.518)	98	33
<i>Servidões de passagem</i>	190	–	190	–
	3.806	(3.518)	288	33

b. Movimentação do custo

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
<i>Softwares</i>	3.485	131	–	3.616
<i>Servidões de passagem</i>	–	190	–	190
	3.485	321	–	3.806

c. Movimentação da amortização acumulada

	Saldo inicial	Amortização	Baixas	Saldo final
<i>Softwares</i>	3.452	(66)	–	3.518
	3.452	(66)	–	3.518

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Taxa de Juros a.a.	Ano de Vencimento	Passivo circulante		Passivo não circulante	
			2021	2020	2021	2020
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14	6,00%	2036	970	795	12.437	11.027
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	6,00%	2023	1.701	1.658	1.689	3.280
Caixa Econômica Federal - 505.666-57	6,00%	2042	14	7	3.982	1.962
Caixa Econômica Federal - 505.669-89	6,00%	2040	490	174	8.136	3.057
Caixa Econômica Federal - 505.671-20	6,00%	2037	28	10	7.954	2.595
Caixa Econômica Federal - 505.674-53	6,00%	2025	–	11	–	40
Caixa Econômica Federal - 520.296-86	6,00%	2042	4	–	1.043	–
Caixa Econômica Federal - 520.299-17	6,00%	2042	1	–	194	–
			3.208	2.655	35.435	21.961

O cronograma aproximado de vencimento dos valores classificados no longo prazo é o seguinte:

Instituição	2023 a 2025	2026 a 2036	2037 a 2042
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14	2.764	9.673	–
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	1.689	–	–
Caixa Econômica Federal - 505.666-57	605	2.218	1.159
Caixa Econômica Federal - 505.669-89	1.375	5.042	1.719
Caixa Econômica Federal - 505.671-20	1.694	6.213	47
Caixa Econômica Federal - 520.296-86	161	588	294
Caixa Econômica Federal - 520.299-17	29	107	58
	8.317	23.841	3.277

Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto. Esses contratos de financiamentos foram captados junto à Caixa Econômica Federal, e possuem cláusula de vencimento antecipado/rescisão caso os itens em contrato não sejam cumpridos. São exemplos de itens que podem resultar em vencimento antecipado/ rescisão:

a. Inadimplimento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato;

b. Modificação do projeto sem prévio aviso e expresse consentimento da Caixa Econômica Federal; e

c. Deixar de concluir a obra no prazo contratual.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a Companhia atendeu todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos.

13. FORNECEDORES

Os valores apresentados em fornecedores representam os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia bem como pela aquisição de Imobilizado/Intangível, cujo prazo de vencimento corresponde a 12 meses subsequentes ao exercício social encerrado. São reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

	2021	2020
Despesas administrativas	1.964	1.757
Energia elétrica	1.962	631
Benefícios a funcionários	1.421	874
Serviços - operação	1.047	694
Investimento em ativo imobilizado	598	3.745
Compras para estoques	165	1.430
Outros	419	450
	7.576	9.581

14. CONCESSIONÁRIA DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Refere-se ao montante devido à Companhia Saneamento de Jundiá a título de repasse de 95% dos valores medidos pela Companhia de acordo com a tarifa referencial de serviço, relativo ao tratamento de esgoto no Município de Jundiá, o contrato tem prazo de validade até 30 de abril de 2031 e dentre os principais obrigações estão: a) Regulamentar, orientar, coordenar e supervisionar sob aspecto técnico, operacional, contábil e legal, a execução das obras e serviços da Concessão, podendo contar para o melhor exercício destas atividades com a colaboração dos usuários; b) Exercer a fiscalização e acompanhar os serviços de controle de qualidade e da execução das obras e serviços, organizados e operados pelo Concessionário, de modo que o sistema se mantenha sempre adequado aos interesses das partes e dos usuários; e c) Conhecer e acompanhar o desempenho do Concessionário através de auditagens, inspeções, relatórios e balanços periódicos. O reajuste da tarifa referencial de serviço, previsto em contrato e revisado pela agência reguladora ARES-PCJ, foi de 19,17% em 2021.

	2021	2020
Companhia Saneamento de Jundiá - CSJ	11.548	9.953
	11.548	9.953

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os débitos de PIS e COFINS relativos às apurações dos meses de agosto, setembro e outubro de 2021 foram parcelados em 24 prestações mensais pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, através dos processos nº 13839-404944/2021 e 13839-405053/2021. Trata-se de parcelamento simples, disponível no sítio eletrônico da Receita, sob o qual há incidência de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente e juros de 1%.

	2021	2020
PIS e COFINS (parcelamento)	2.506	535
COFINS	1.268	1.058
Retenções sobre serviços de terceiros	945	1.114
PIS	274	229
IRPJ e CSLL	–	373
Outros impostos e taxas	2	–
PIS e COFINS (parcelamento) - longo prazo	4.995	3.309
	2.294	1.114
	2.294	1.114

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS

	2021	2020
Férias e encargos a pagar	6.089	5.789
INSS a recolher	1.169	1.076
IRRF sobre salários a recolher	785	697
FGTS a recolher	404	476
Outros	216	326
	8.663	8.364

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES - PROJETO CERJU

Refere-se ao valor devido às indústrias do Município de Jundiá, decorrente do contrato de participação no projeto CERJU - Comitê de Recuperação da Baía do Rio Jundiá. O "Projeto CERJU" foi elaborado através de esforço integrado do Município de Jundiá, do Governo do Estado de São Paulo e da iniciativa privada local. Às indústrias que participaram do projeto com investimentos, foi garantido um abatimento em suas contas futuras de água e esgoto igual à quantidade investida, através de descontos a serem concedidos nas contas de tarifas de serviços de água e esgoto pelo prazo de 10 anos, a partir de outubro de 1998. Em 2021 parte do valor foi baixado por prescrição. O valor remanescente passa por análise quanto à sua destinação e por este motivo está mantido em longo prazo pela Companhia.

	2021	2020
Passivo não circulante	2.812	6.500

18. RECEITAS ANTECIPADAS

As receitas antecipadas referem-se aos contratos de Permissão de Uso e Serviço Bancário da Folha de Pagamento da Companhia. O contrato é de 60 meses e teve início em dezembro de 2017.

	2021	2020
Passivo circulante	300	319
Passivo não circulante	–	300
	300	619

19. RECURSOS DE TERCEIROS PARA INVESTIMENTOS

	2021	2020
OGU - Orçamento Geral da União	4.021	660
FEHIDRO PCJ	–	848
	4.021	1.508

O contrato OGU nº 0424396-42/2014 refere-se às obras no sistema de esgotamento sanitário dos bairros Varjão, do Poste e Travú. Enquanto o recurso da FEHIDRO contrato nº 522523-7, que teve sua aprovação no ano de 2021, foi destinado ao projeto para redução de perdas de água.

20. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia possui diversos processos judiciais em andamento, de natureza cível e trabalhista, para os quais apresentou defesa administrativa ou judicial.

	Movimentação das provisões		
	Cíveis e administrativas	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.786	10.867	15.653
Constituição	814	280	1.094
Baixas/reversão	(251)	(1.176)	(1.427)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.349	9.971	15.320
	Movimentação dos depósitos judiciais		
	Desapropriações e Outras	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.977	619	3.596
Constituição	173	64	237
Baixas/reversão	(984)	(236)	(1.220)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.166	447	2.613

As contingências cíveis são constituídas em sua grande maioria por processos de reparação de danos materiais e restituição de valores à clientes. Existem outras ações judiciais e processos administrativos avaliados pelos nossos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 6.453 (R\$ 6.796 em 2020) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, porém sua divulgação.

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2021	2020
Créditos não identificados ou em duplicidade	3.468	3.349
Precatórios a pagar - processos trabalhistas	184	–
Outros	341	390
	3.993	3.739

Dentre os valores de outras obrigações no curto prazo estão recebimentos que não puderam ser identificados pela Companhia ou foram recebidos em duplicidade.

22. PARTES RELACIONADAS

Controladora e parte controladora final

A Controladora direta e final da Companhia é a Prefeitura Municipal de Jundiá.

Os saldos com partes relacionadas são decorrentes de saldo de pagamento de pessoal da Prefeitura atuando na Companhia conforme Lei Municipal 5.308/99 publicada em função da transformação da autarquia em sociedade anônima. Os reembolsos referentes aos meses de agosto a dezembro de 2021 foram parcelados para pagamentos em 12 meses a partir de janeiro de 2022.

Passivo	2021	2020
Obrigações folha de pagamento PMJ	10.734	3.780
Custos e Despesas	2021	2020
Custo com pessoal PMJ (nota 25)	9.898	10.621
Despesas com pessoal PMJ (nota 26)	11.266	11.629
	21.164	22.250

A Companhia presta serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto para a sua controladora a Prefeitura Municipal de Jundiá (PMJ) e economias próprias municipais, que compreendem os imóveis de propriedade ou ocupados pela PMJ, por suas autarquias e fundações públicas por ela criadas e mantidas. Conforme Lei Municipal nº 1.637, de 03 de novembro de 1969, e alterações pela Lei Municipal nº 2.062, de 25 de abril de 1974, estes serviços são isentos de tarifa. Os valores destes serviços representam R\$ 10.178 no exercício de 2021 (R\$ 8.499 em 2020). Adicionalmente, a Companhia tem isenção no pagamento de IPTU (Imposto sobre propriedade territorial Urbana) nos imóveis de sua propriedade, que seria devido à sua controladora, por meio da Lei Complementar nº 281/1999. O valor de isenção do imposto foi R\$ 475 (R\$ 662 em 2020).

Remuneração de pessoal chave da administração

A remuneração máxima aprovada para o exercício de 2021 está em consonância com o Estatuto da Companhia, considerando a remuneração dos membros dos órgãos estatutários, incluindo os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e dos Comitê de Auditoria, conforme segue:

	2021		2020	
	Nº de membros	Remuneração R\$	Nº de membros	Remuneração R\$
Diretoria	13	3.053	11	2.917
Conselho de Administração	7	175	7	61
Conselho Fiscal	3	92	3	92
Comitê de Auditoria	3	229	3	114
	26	3.549	24	3.184

Benefícios pós-emprego

A Companhia não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal chave da Administração.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O Capital Social Autorizado é de R\$ 350.000, dos quais R\$ 283.324 encontram-se subscritos e integralizados (R\$ 250.000 e R\$ 207.715 em 2020), sendo representados por 156.546.658 ações ordinárias e 126.777.267 ações preferenciais nominativas de valor nominal R\$ 1,00 (um real).

Reservas de lucros	2021	2020
Reserva legal	4.243	4.243
Reserva de lucro a destinar	1.537	82.748
	5.781	86.991

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucro a destinar

A reserva de lucros a destinar está composta dos lucros de exercícios anteriores deduzido o prejuízo líquido do exercício e serão destinados posteriormente para aumento de capital social ou distribuição de dividendos, a destinação da reserva de lucros é aprovada pela sua controladora, a Prefeitura Municipal de Jundiá.

	2021	2020
Receita operacional bruta	338.860	314.123
Receitas de serviços	338.860	314.123
Deduções	(43.825)	(38.814)
Cancelamentos e abatimentos	(13.412)	(10.705)
Impostos incidentes sobre a receita de serviços	(30.413)	(28.109)
Receita operacional líquida	295.035	275.309

25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2021	2020
Serviço de tratamento de esgoto (Concessionária)	83.564	69.431
Despesas com pessoal	39.936	36.751
Serviços de terceiros - Pessoa jurídica	33.411	26.803
Energia elétrica	26.577	19.114
Despesas com pessoal PMJ (nota 22)	9.898	10.621
Depreciações e amortizações	9.324	8.941
Material de tratamento de água	3.644	3.773
Material auxiliar e de consumo	3.122	3.318
Manutenções	3.098	2.545
Cobrança pelo uso da água - SEMA/ANA	1.836	1.263
Outros	2.600	2.319
	217.010	184.879

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

	2021	2020
--	------	------

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas - efeito anual no resultado

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa anual de juros efetiva em 31/12/21	Cenário Provável %	Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%		
					Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos financeiros passivos	38.643	Variação UPR/CDI	5,01	6,00	1.935	6,26	2.419	7,51	2.903

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas - efeito anual no resultado

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa anual de juros efetiva em 31/12/20	Cenário Provável %	Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%		
					Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos financeiros passivos	24.616	Variação UPR/CDI	4,46	6,00	1.099	5,58	1.373	6,69	1.648

Fonte: UPR - Caixa Econômica Federal

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31 de dezembro de 2021			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2.903	–	–	2.903
Investimentos financeiros	162	–	–	162
Contas a receber	–	60.992	–	60.992
Outros créditos	–	1.458	–	1.458
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	–	–	38.643	38.643
Fornecedores	–	–	7.576	7.576
Outros passivos	–	–	11.710	11.710
Outros passivos não circulantes	–	–	2.812	2.812
	3.065	62.450	60.741	126.256

	31 de dezembro de 2020			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	27.429	–	–	27.429
Investimentos financeiros	158	–	–	158
Contas a receber	–	51.570	–	51.570
Outros créditos	–	1.066	–	1.066
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	–	–	24.616	24.616
Fornecedores	–	–	9.581	9.581
Outros passivos	–	–	9.441	9.441
Outros passivos não circulantes	–	–	6.500	6.500
	27.587	52.636	50.138	130.361

Valores estimados de mercado

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 para os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, que abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas, bem como para o grupo de Passivo a Custo Amortizado que abrange principalmente, fornecedores, outros passivos e partes relacionadas da Companhia, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC 40 (R1) para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas. Para determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a Companhia utilizou taxas de juros para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na taxa do último contrato de empréstimo firmado com a Caixa Econômica Federal, e considera o cálculo como nível 2 de acordo com a hierarquia de valor justo descrita abaixo. O valor justo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 38.643 (R\$ 38.643 a valor contábil).

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, nº 27A.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	31 de dezembro de 2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	–	2.903	–	2.903
Investimentos financeiros	–	162	–	162
	–	3.065	–	3.065

	31 de dezembro de 2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	–	27.429	–	27.429
Investimentos financeiros	–	158	–	158
	–	27.587	–	27.587

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Imunidade Tributária IRPJ

Tendo em vista a imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea a, e § 2º da Constituição Federal, em 07 de dezembro de 2021 transitou em julgado decisão judicial proferida nos autos do processo nº 0003615-05.2012.4.03.6128, a qual declarou a inexigibilidade de IRPJ em relação a DAE, conferindo imunidade tributária recíproca e ficando esta desobrigada da apuração e recolhimento de imposto de renda a partir daquela data. Contudo, por se tratar do último mês do ano fiscal, entendeu-se ser prudente encerrar o ano fiscal de 2021 e só anular a apuração do imposto de renda a partir de janeiro de 2022.

A decisão judicial também previa a restituição dos valores de IRPJ pagos nos últimos cinco anos prévios ao ajuizamento da ação que ocorreu em 2012. O valor atualizado apresentado à Receita Federal em pedido de habilitação de crédito é de R\$ 36.596, para posterior compensação com demais tributos federais.

DIRETORIA

Benedito Pedro de Almeida Nogueira
Diretor Comercial e Financeiro

Evandro Biancarelli
Diretor Superintendente de Gestão

Walter da Costa e Silva Filho
Diretor Presidente

Luciana Lopes Glozan
Contadora - CRC 1SP260421/O-3

Lidiane Cristina Pupo Santos
Gerente de Controladoria - CRC 1SP243864/O-9

CONTROLADORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Diretoria da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

Jundiaí - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes Relacionadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 22, a Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Prefeitura de Jundiaí, em 31 de dezembro de 2021 o montante dos valores pagos pela DAE decorrentes de transações com partes relacionadas de contratação de Pessoal atingiu o valor de R\$ 21.164 mil (R\$ 22.250 mil em 2020). Também chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto para a sua controladora a Prefeitura Municipal de Jundiaí e economias próprias municipais são serviços isentos de tarifa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia,

e apresentada como informação complementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião a demonstração do valor adicionado acima referida foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis,

tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2022

RUSSELL BEDFORD GM

Audidores Independentes S/S

2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Roger Maciel de Oliveira

Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP

Sócio Responsável Técnico